

GÊNERO, ATIVIDADE DOCENTE E PODER NA UPE.

AUTORA: IRIS MARIA NOGUEIRA LIBONATI (Doutoranda da Universidade do Porto)

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO DA UPE

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA/UPE

INTRODUÇÃO

Este estudo exploratório integra um projeto mais amplo de pesquisa sobre gênero e profissão docente. Situa-se no campo de estudos que analisam as relações de gênero e trabalho docente, buscando visibilidade para a questão de gênero na atividade docente universitária. A escolha do tema e o recorte do problema estão ligados à trajetória profissional da autora na vida universitária. Ao longo deste percurso, observa-se que a posição da mulher professora é simetricamente inversa ao número de mulheres dos níveis mais elevados da hierarquia acadêmica, ou seja, quanto mais perto do topo da pirâmide ocupacional, menor o número de mulheres.

Embora essas desigualdades já tenham sido comprovadas em inúmeros estudos, na área de relações de gênero, optou-se por fazer um estudo de caso a partir das histórias de vida dos professores e professoras da Universidade Estadual de Pernambuco - UPE, que ainda estivessem em exercício na universidade.

Este estudo tem os mesmos objetivos do projeto original de pesquisa que são:

- 1- Analisar o percurso profissional dos docentes na Universidade de Pernambuco - UPE;
- 2- Discutir a posição da mulher professora por áreas de conhecimento e por categoria funcional na pirâmide acadêmica da UPE;
- 3- Analisar as representações sociais sobre a relação gênero, trabalho docente e poder.

1 - GÊNERO E UNIVERSIDADE: UMA ABORDAGEM PRELIMINAR

Os campos de conhecimento: Universidade, Trabalho e Gênero, que se pretende articular, têm tradições teóricas acadêmicas diferentes, tanto do ponto de vista da produção como das abordagens e perspectivas filosóficas. Enquanto as duas primeiras áreas - universidade e trabalho - têm uma longa tradição de estudo e pesquisa, a terceira gênero é bastante recente, polêmica e mobilizadora de pesquisadores e profissionais que gozam de posições acadêmicas diferentes.

Segundo Scott (1991), **gênero** é um elemento constitutivo de relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, forma primeira de significação das relações de poder. O conceito de gênero é estabelecido através de um conjunto objetivo de referências que são as diferenças biológicas, a procriação e a divisão sexual do trabalho. Gênero é um campo no qual, ou por meio do qual o poder articula-se. Explicando as relações de poder entre os sexos, a categoria gênero dá a dimensão social da desigualdade sexual com base na neutralização e biologicização dos sexos. Desta forma o gênero torna-se envolvido na concepção e construção do poder.

A partir da revisão da literatura foi possível constatar que apesar da crescente participação feminina no mercado de trabalho, os cargos com rendimentos de maior prestígio social e poder de decisão são ocupados, preferencialmente, pelos homens. Segundo BRUSCHINI (1996), esta exclusão originou, recentemente, em alguns setores da sociedade, em diferentes países, “políticas de ações afirmativas”, iniciativa política que visa fazer frente à restrita participação feminina nas esferas de decisão.

1.1 - RELAÇÕES DE GÊNERO E TRABALHO

O uso do termo gênero vai além do seu significado gramatical, trata-se da representação dos atributos específicos que cada cultura impõe ao masculino e ao feminino, a partir do lugar social e cultural construído hierarquicamente como uma relação de poder entre os sexos.

O gênero é percebido no seu caráter relacional entre homens e mulheres, permitindo a diversidade no modo de existir, até mesmo dentro de uma mesma sociedade, quando são considerados os diversos grupos étnicos, religiosos, de classe e raciais.

Na literatura sobre o trabalho, no Brasil, foram inicialmente privilegiadas as abordagens macro-sociais e suas implicações sócio-econômicas e culturais. A partir das últimas décadas, os pesquisadores têm procurado investigar novos aspectos vinculados aos relacionamentos, à intimidade e à cotidianidade.

Entre as maiores dificuldades que enfrentam as mulheres no setor público, assume prioridade a necessidade de compatibilização da vida profissional/ vida familiar, que é vivido em forma de conflito.

A subalternidade da mulher se evidencia tanto no predomínio de sua participação em empregos de baixa qualificação bem como nas diferenças salariais entre homens e mulheres que exercem uma mesma ocupação. As relações homem/mulher, atualmente, inauguram uma mutação radical nas mentalidades, principalmente no que diz respeito às representações tradicionais de gênero. Entretanto, apesar de as mulheres ocuparem cada vez mais espaços no mundo do trabalho, das artes, da política, elas são ainda, na maioria das vezes, responsáveis por dupla jornada de trabalho enfrentando permanentemente o conflito entre a profissão e a maternidade.

A mulher de hoje não se sente apenas vítima das condições sociais a que está submetida. Atualmente, passa por um momento de grandes transformações, de rupturas geradoras de novas práticas e novos enfrentamentos, reivindicando a sua participação ativa na definição e na provisão de suas necessidades, satisfação de seus desejos e inquietações junto ao seu parceiro, filhos e à comunidade. Tudo isso tende a provocar mudanças nas relações tradicionais de trabalho, dando mais efetividade, bem como procurando agir com transparência em seu papel de sujeito de sua própria história.

2 - METODOLOGIA

A abordagem predominantemente qualitativa deste estudo deve-se ao fato dela favorecer a interatividade na exploração das experiências e vivências dos professores e professoras na tentativa de compreensão de alguns aspectos subjetivos de suas atitudes profissionais. Foi dada voz aos sujeitos desta pesquisa, para relatarem suas concepções, seus problemas, os significados que atribuem às suas experiências de gênero, baseados no entendimento da prática social como construção coletiva.

Na pesquisa qualitativa, todos os fenômenos são importantes e relevantes: a incidência das narrativas e sua circunstancialidade, a sutileza da sucessão dos gestos, das emoções, a frequência e a interrupção, a explicitação e o ocultamento, intencional ou não. É necessário refletir sobre o significado oculto e o significado manifesto estabelecendo relações como quem percorre um labirinto. Os relatos não se reduzem as percepções sensíveis e aparentes, estão imbricados numa tensão dialética de silêncio e revelações. Estas manifestações incidem sobre a subjetividade do pesquisador reorganizando o seu olhar sobre o objeto de estudo.

A metodologia adotada, seguiu um roteiro de base, suficientemente flexível para incorporar a narrativa mais ou menos autônoma dos docentes. Realizou-se assim uma combinação da técnica de história de vida com a entrevista aberta. Esta articulação revelou-se útil por favorecer a possibilidade da generalização e da comparação. Foram realizadas 8 (oito) entrevistas semi-estruturadas com professores e professoras da UPE, sendo 6 (seis) com professoras, de diferentes cursos e áreas do conhecimento (Enfermagem, Odontologia, Medicina, Engenharia, Administração

e Ciências Biológicas) e diversos níveis do Plano de Cargos e Carreiras (PCC), para conhecimento das representações sociais sobre gênero, trabalho docente e Universidade. Nesta etapa do trabalho estamos apresentando apenas os dados das entrevistas realizadas com as professoras mulheres. Futuramente, num outro momento da investigação, incluiremos o tratamento dos dados das entrevistas feitas com os professores homens. A duração dos relatos foi variável, mas em média, durou mais ou menos uma hora, sendo que alguns docentes foram entrevistados mais de uma vez. As entrevistas foram feitas com o auxílio do gravador e realizadas na reitoria da UPE pois sua localização central favorecia o deslocamento dos docentes. Em algumas ocasiões fomos solicitadas a não registrar trechos de depoimentos, o que foi prontamente atendido.

Este estudo de caso foi complementado com dados quantitativos sobre distribuição dos docentes da UPE, por categoria funcional, sexo, carga horária, titulação e áreas de conhecimento, obtidos em diferentes fontes, tais como: Relatórios de atividades anuais, Plano de Cargos e Carreiras - PCC e outros processos administrativos.

2.1- A UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO: ORIGEM E CARACTERISITICAS DO CORPO DOCENTE

A Universidade de Pernambuco – UPE teve sua origem na Fundação de Ensino Superior de Pernambuco – FESP, mantenedora, desde 1965, de um grupo de Unidades de Ensino Superior preexistentes no Estado.

Extinta a Fundação do Ensino Superior - FESP, em 1990, foi criada em seu lugar, pela Lei Estadual nº10.518, 29 de novembro de 1990, a Fundação Universidade de Pernambuco, instituição de direito público que viria a ser a mantenedora da nova UPE, reconhecida pela Portaria Ministerial nº 964, de 22 de Junho de 1991. Integram a UPE dez Unidades de Ensino, distribuídas em campi situados no Recife e Região Metropolitana, em Nazaré da Mata, Garanhuns e Petrolina

2.2- ANÁLISE DOS DADOS

A Universidade por ser um espaço de produção do saber onde predominam, teoricamente, preocupações eminentemente científicas, parece não apresentar problemas na área das relações de gênero. Entretanto, se adentrarmos um pouco mais e procurarmos investigar o nível de relacionamento estabelecido entre os docentes, poder-se-á verificar diversas formas de desigualdades, tipos de dominação e atitudes de prepotência masculina.

A partir das entrevistas realizadas e à luz da literatura, ficou mais explícita a hegemonia da "visão androcêntrica do mundo" tão bem analisada por BOURDIEU (1996) ao estudar o fenômeno da "dominação masculina".

Os resultados preliminares deste estudo mostram atitudes diferenciadas, diante do processo de discriminação, em termos das relações de gênero, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo.

As entrevistas indicaram que a maioria das professoras, através de suas histórias de vida profissionais, desde muito cedo sentiram formas diferenciadas e tratamento desigual em relação à ocupação de cargos de chefia.

Outras revelaram que não foram alvo de discriminação de gênero, mas de idade:

"Eu lhe confesso que nunca senti discriminação por ser mulher. O que senti foi discriminação por ser jovem no início da minha carreira; aí eu penso que pode estar associado: ser jovem e ser mulher".

Foi possível perceber que a discriminação é um fato que acompanha a vida profissional das mulheres e isso se faz sentir com maior intensidade quando existem cargos disputados pelos homens.

"Quando eu comecei a discutir que eu poderia ser a vice-diretora, tomando o lugar de um homem médico, o colega achou que não dava certo uma mulher enfermeira ser vice-diretora, já houve reação e se agravou essa reação depois que eu fui vice e me candidatei a ser diretora; aí enfrentei uma soma de todas as discriminações de gênero, de cor e de nível social".

A possível explicação para a ausência de discriminação revelada por uma das entrevistadas se deve ao fato de sua área (Engenharia) ser predominantemente masculina de acordo com a tendência histórica na área de ciências exatas. Neste curso, o pequeno número de professoras presentes não constitui ameaça, pois não entram no sistema de competição tão característico do mundo dos homens.

Segundo Castelo Branco (2000), a relação com o poder em cargos de direção ainda constitui um espaço em que a mulher não apresenta a segurança que já possui em outras diferentes áreas de trabalho. Na universidade, a mulher parece estar mais segura no papel de professora e/ou pesquisadora como demonstram os depoimentos das professoras abaixo.

Depoimento 01:

Sou muito realizada profissionalmente, meu sonho é continuar fazendo pesquisa, escrevendo, produzindo, publicando, lendo muito. Não tenho a menor vontade de ocupar cargo eletivo ou administrativo, a disputa política não me interessa, acho-a muito desgastante, tensa.

Uma outra professora também disse não sentir, hoje, nenhuma discriminação, mas contou que sua mãe, quando escolheu fazer medicina, na década de 60, sofreu muito com a oposição da família.

Quando minha mãe, que hoje tem 73 anos, fez medicina, foi uma confusão. O pai dela, meu avô, não queria que ela fizesse medicina e sim pedagogia, pois segundo ele era um curso mais adequado para mulher.

Constata-se assim que enquanto a professora de odonto-pediatria optou rigorosamente pela pesquisa, o que fica evidente no seu depoimento acima, a professora de enfermagem, com uma história de participação nas lutas sindicais e em cargos de direção na universidade, deixa explícito seu interesse pela política e por cargos eletivos. Eis um pouco dos seus projetos e sonhos.

Fui a primeira diretora do CISAM. E parece que, dos hospitais de ensino do Nordeste, eu sou a primeira. Caso minha categoria me indique para algum outro cargo administrativo vou aceitar, enfrentar a luta. O que importa é que eu seja legitimada, que tenha o real apoio da minha classe.

Entre as entrevistadas há reconhecimento da importância para toda população, mas especialmente para mulher, da implantação, em 1992 do concurso público para a carreira do magistério superior na UPE. Os depoimentos abaixo apontam para a contribuição do concurso público como instrumento de democratização do ingresso da mulher na carreira universitária.

Depoimento 1

Penso que as mulheres, por serem mais estudiosas, têm mais chances nos concursos, até porque concurso não tem sexo. Elas, geralmente obtêm melhores resultados nos concursos, eu acho.

Depoimento 2

Se não fosse o concurso público eu mesma não estaria ensinando aqui. A sociedade brasileira é muito elitista. Como não tenho família com influência na política só entrei na universidade porque passei no concurso. Com ele as mulheres agora têm mais chance de ensinar na universidade.

Os tipos de dominação, já bastante examinados na literatura sobre o assunto, apresentam algumas nuances na Universidade, onde a discriminação e a opressão revestem-se de formas sutis, sem grandes confrontos, mas talvez apresentem maior intensidade, porque muitas vezes a

subjetividade feminina é profundamente atingida e as professoras ou não têm recursos de defesa ou optam, estrategicamente, pelo silêncio na luta contra injustiças cometidas contra elas. O álibi para tal tipo de discriminação é que tudo é feito em nome da Ciência. Considera-se que um dos méritos do feminismo foi, ao denunciar a força desta dominação, dar visibilidade às características sociais e culturais das relações de gênero.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das conclusões deste estudo preliminar permite constatar que as desigualdades de ascensão na hierarquia acadêmica evidenciam que a equidade entre os gêneros está longe de ser alcançada. Os privilégios conferidos aos homens pelos modelos identificatórios culturais, pelos paradigmas e pelos sistemas de representação social – majoritariamente masculinos – colocam-nos em posição diferenciada no percurso profissional. Esses achados reforçam os dados apontados na literatura sobre universidade, trabalho e gênero, onde se constata que a divisão sexual e a discriminação de gênero não são provenientes de características biológicas e sim de padrões sociais e culturais transmitidos por modelos de educação hegemônicos na sociedade. Finalmente, destacamos que os primeiros resultados desse estudo são confirmados por outras investigações (BOURDIEU, 1995; BRUSCHINI, 1994; CASTELO BRANCO, 2000; GONÇALVES, 1996; NOLASCO, 1995; PERROT, 1998; SCOTT, 1995; SPINK, 1999), que entre outros aspectos apontam para a predominância na carreira profissional de papéis sociais baseados nos modelos de socialização diferenciados por sexo.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Helena Costa. (1985). Profissionalismo e ensino. **Cadernos de Ciências Sociais**. N. ° 3. Porto; Porto Editora.
- BOURDIEU, P. (1995). A dominação masculina. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, Jul./dez., p. 133 - 184.
- BRUSCHINI, C.; Sorj, B. (1996). **Novos olhares: Mulheres e relações de Gênero no Brasil**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Marco Zero.
- CASTELO BRANCO, I. M. de M. (2000). **Mulheres executivas, poder e relações de gênero**. UFCE.Mimeografado.
- CHAUÍ, M. (2001). **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: UNESP

FOUCAULT, M. (1979). **Microfísica do Poder**. 7.Ed. Rio de Janeiro: Graal.

GONÇALVES, L. A. O. (1996). Trabalho docente e subjetividade embate teórico e novas perspectivas. **Rev. da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 22, p. 43 - 71.

GUZMAN, V.; Carrero, P. P. (1992). **Construyendo diferenciáis**. Lima: Flora Tristan Ediciones.

KARTCHEOSKY, A. et al. (1986). **O sexo do trabalho**. São Paulo: Paz e terra.

LOURO, G. (1992). Uma leitura da História da Educação na perspectiva do gênero. **Teoria e Educação**. N. 6.

MONTENEGRO, A. T. (1992). **História Oral e Memória: a cultura popular revisada**. São Paulo: Contexto.

NETO, J. B. (1998). **Professora Comunitária: trajetória social e tipologia de um mito**. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.

NOLASCO, S. (1995). **A desconstrução do masculino**. São Paulo: Rocco.

PERROT, M. (1988). **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SCOOT, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v.20, n. 2, jul./dez.

SPINK, M. J. (1999). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano; aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO. (2001). Pró-Reitoria de Planejamento/Gerência de Projetos e Planejamentos. **Relatório de Atividades 2000**. Recife – PE.